



## EUROPA DA DEFESA OU EUROPA INDEFESA?

PELA DEPUTADA AO PARLAMENTO EUROPEU, ANA GOMES

### 1. INTRODUÇÃO E RESENHA DE DOCUMENTOS ESCOLHIDOS

Numa Europa em que repetem minutos de silêncio e se “celebram” aniversários de atentados, se limpam estilhaços de terror e de ameaça direta ao nosso dia-a-dia - frequentar espaços públicos, apanhar o metro para o trabalho, ir a um concerto - falar de Defesa é ainda, para muitos, um tabu. Na Europa fala-se de Defesa baixinho, porque é “competência nacional” e o Conselho diz que sim, mas não atua (e alguns Estados-Membros nunca concordarão realmente). Fala-se de Defesa baixinho, porque falar em investir em Defesa é dar corpo à guerra, segundo alguns pseudopacifistas... Fala-se em Defesa baixinho, porque a conexão entre segurança interna e externa não é assumida.

É impossível não notar a ironia ao reler a *Estratégia Europeia em Matéria de Segurança*, de 12 de dezembro de 2003<sup>1</sup>, que começa assim: “A Europa nunca foi tão próspera, segura e livre como hoje”. Entre 2008 e 2013, não se discutiu defesa no Conselho: as “crises” eram outras, “internas” e o colapso financeiro *comeu tudo e não deixou nada*. Defesa e segurança foram relegadas para trás, tanto no debate político (e público), como no orçamento dos Estados-Membros. Os cortes foram acentuados, sobretudo em Investigação e Desenvolvimento (I&D), com impacto direto nas capacidades e equipamento dos Estados-Membros (no quadro europeu e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), os compromissos de financiamento nunca foram respeitados). Tal como em tantas outras áreas a que austeridade comeu não só as pernas, mas também e, sobretudo, o cérebro, a fatura chega depois, e é pesada em vidas.

<sup>1</sup> Ver <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIP.pdf>.

Em junho de 2016, a narrativa apresenta grandes mudanças: a *Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia (UE)*<sup>2</sup>, apresentada por Mogherini, começa por enunciar que “[e]stá a ser posto em causa o propósito, e até mesmo a própria existência, da nossa União Europeia. (...) A instabilidade e a insegurança têm vindo a crescer na região (...). As crises que enfrentamos dentro e fora das nossas fronteiras estão a afetar diretamente a vida dos nossos cidadãos.”

No Relatório preparatório do Parlamento Europeu, *A UE num ambiente global em mutação – um mundo mais ligado, mais contestado e mais complexo*<sup>3</sup>, que negociei em nome do grupo Socialistas e Democratas (S&D), aprovado em março de 2016, defendemos que a estratégia da UE deve ser a seguinte:

- a. Identificação e hierarquização das ameaças e dos desafios;
- b. Definição das respostas a dar-lhes;
- c. Determinação dos meios necessários.

Síria, Líbia, Iraque, Ucrânia - conflitos às nossas portas, terrorismo, crime organizado, fluxos de migrantes e refugiados que fogem da miséria e da guerra, ataques cibernéticos, escassez de recursos naturais, dependência energética, alterações climáticas: as ameaças e desafios são complexos, de origens diversas e impossíveis de atacar separadamente, e muito menos cada Estado-Membro por si só.

A Estratégia Global, acima enunciada, acompanhada de um plano de aplicação mais detalhado, aponta, por isso, cinco prioridades estratégicas: i) a segurança da União; ii) resiliência estatal e das sociedades, a leste e a sul; iii) uma abordagem integrada dos conflitos; iv) plataformas de cooperação regional; e v) governação mundial para o século XXI.

O *Plano de Ação Europeu para a Defesa*, publicado pela Comissão em novembro de 2016<sup>4</sup>, propõe a criação de um Fundo Europeu de Defesa para apoiar projetos de investigação conjuntos e gastos mais eficazes em matéria de capacidades de defesa conjuntas, na linha de que mais Europa nesta área terá um efeito económico positivo.

---

<sup>2</sup> Ver [http://www.eeas.europa.eu/archives/docs/top\\_stories/pdf/eugs\\_review\\_web.pdf](http://www.eeas.europa.eu/archives/docs/top_stories/pdf/eugs_review_web.pdf).

<sup>3</sup> Ver <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A8-2016-0069+0+DOC+XML+V0//PT>.

<sup>4</sup> Ver <http://ec.europa.eu/DocsRoom/documents/20372>.

## 2. TRÊS REFLEXÕES

### 2.1. COMBATE AO TERRORISMO

A ameaça terrorista não nos apanha de surpresa. Os sinais que insistimos em ignorar há muito que nos dizem que precisamos de encontrar soluções políticas a nível europeu.

Em primeiro lugar, porque não estamos a dar respostas adequadas do ponto de vista externo. Estamos a pagar o preço da descoordenação e inação face aos conflitos na Síria, no Iraque, na Líbia, facilitando o terreno aos terroristas. Precisamos de trabalhar pela paz e segurança da vizinhança. Precisamos de atacar as fontes de financiamento do terrorismo, como o tráfico de seres humanos, de armas e de drogas, bem como o branqueamento de capitais através do qual esses recursos são reciclados pelo sistema financeiro. Precisamos de nos coordenar e facultar equipamento e treino militar às forças que resistem no terreno, como os Peshmerga Curdos, e de os ajudar a libertar do Daesh, Al-Qaeda e outros grupos terroristas. Precisamos de prestar apoio humanitário de emergência a populações deslocadas e refugiadas e de as ajudar a reocupar e reconstruir zonas libertadas, como o Sinjar, no norte do Iraque.

Segurança externa depende também de investir em desenvolvimento, incluindo boa governação, democracia, Estado de Direito e Direitos Humanos. O argumento de que se tiram fundos do desenvolvimento para a segurança não colhe, porque não há investimento eficaz numa das áreas sem investir também na outra.

Também do ponto de vista interno persiste a desconfiança, apesar de estarmos acossados pela ameaça terrorista, que nenhum Estado pode enfrentar sozinho. Os Estados-Membros resistem a partilhar informação, fingem ter criado um efetivo Registo Europeu de Identificação de Passageiros (PNR) europeu<sup>5</sup>, não ativaram programas de prevenção da radicalização e, de facto, acabam a alimentar as redes de tráfico de seres humanos ao recusar vias legais e seguras para migrantes e refugiados poderem submeter pedidos de acesso à UE.

---

<sup>5</sup> Diretiva da UE relativa ao Registo de Identificação de Passageiros (PNR).

Por outro lado, a polarização social é um risco de segurança em si mesmo. É urgente apostar em medidas económicas e sociais - crescimento, emprego, solidariedade social, luta contra a desigualdade - que as políticas neo-liberais e austeritárias arrasaram, fomentando desemprego, exclusão social, guetos. Divisões internas tornam a Europa mais vulnerável, quer em relação a perigos/adversários externos, mas também aos movimentos populistas e xenófobos - United Kingdom Independence Party (UKIP), Front National, Alternative für Deutschland (AfD), Magyar Polgári Szövetség (Fidesz) - que se alimentam da frustração e do medo. A desinformação orientada, as falsas notícias (*fake news*) espalhadas via redes sociais e a *media* encarregam-se do resto.

## 2.2. POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA

A UE não precisa de inventar medidas revolucionárias: a urgência está na aplicação efetiva dos instrumentos ao nosso dispor. No *Relatório sobre as implicações constitucionais, jurídicas e institucionais de uma Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD): possibilidades oferecidas pelo Tratado de Lisboa*, que negocie em nome do grupo S&D, o Parlamento Europeu faz recomendações concretizáveis à luz do atual quadro jurídico da UE para uma efetiva cooperação na área da segurança e defesa.

Nesse sentido, este Relatório defende que a Agência Europeia de Defesa (AED) e o mecanismo de cooperação reforçada permanente (PESCO) devem ser tratados como instituições *sui generis* da UE e financiados pelo orçamento da União, orçamento que precisa de ser consideravelmente reforçado.

O Relatório destaca ainda o papel que a AED deve ter na coordenação entre Estados-Membros, nomeadamente no desenvolvimento de capacidades e aquisição de equipamento, com ganhos económicos e de eficiência; e pede a criação de uma sede permanente para a PCSD e o PESCO, clarificando que nenhum Estado-Membro que queira integrar o PESCO deve ser excluído.

Finalmente, pede-se a reforma do mecanismo Athena, para assegurar uma repartição equitativa dos custos operacionais e para que os Estados-Membros sejam

encorajados a contribuir com forças, não ficando restringidos pelas suas capacidades financeiras.

### 2.3. COOPERAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS

Nos tempos que correm, a cooperação entre a UE e a OTAN devia ser cada vez mais forte. Não há nenhuma competição negativa na aposta na segurança e defesa a nível europeu: uma Europa com PCSP mais equipada e capacitada faz certamente uma OTAN mais forte. Quem o reconheceu foi George W. Bush, já em 2008...

A Declaração Comum EU-OTAN, de 6 de julho de 2016, seguida pelo plano de implementação de 6 de dezembro de 2016, afirma: "Acreditamos que chegou o momento de dar um novo impulso e uma nova substância à parceria estratégica OTAN-UE." <sup>6</sup>

Esta declaração, feita ainda antes das eleições nos Estados Unidos, foi abalada pelas declarações feitas pelo novo Presidente, Trump, que considerou a OTAN "obsoleta"<sup>7</sup>, exultou com o Brexit e antecipou a derrocada da UE... É cedo para confirmar se esta atitude resulta de uma aproximação à Rússia de Putin. O que é seguro é que o Presidente Donald Trump propõe-se conduzir uma ação externa protecionista, unilateralista, isolacionista.

A recente intervenção militar americana na Síria serviu para demonstrar que não há previsão possível: a nova política externa dos EUA é imprevisível, errática, bipolar.

E por isso, mais do que nunca, a UE precisa de se munir das ferramentas para assegurar a sua própria segurança e defesa. Ficar dependente dos EUA/da OTAN não é solução.

---

<sup>6</sup> Ver [http://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_138829.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_138829.htm).

<sup>7</sup> Ver <http://www.bbc.com/news/world-us-canada-38635181>.